

RELAÇÃO SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA MICRORREGIÃO DE SAÚDE DE PORTO SEGURO - BAHIA

Gioncarlos Silva Moreno ¹

Joaquim Lemos Ornellas ¹

Felipe Micali Nuvoloni²

Elfany Reis do Nascimento Lopes ³

Saúde Ambiental

Resumo

O estudo das condições sanitárias do território e da organização do sistema de saúde permite compreender e analisar de forma integrada as condições ambientais em conjunto com as questões sociais e econômicas, nessa perspectiva o objetivo desse estudo é a análise da relação saúde e do meio ambiente foi realizada com enfoque nas condições socioeconômicas, de saneamento ambiental e doenças na microrregião de saúde de Porto Seguro. A região é formada por oito municípios do Extremo Sul da Bahia que compreende uma população de 381.727 habitantes. Foram levantados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, taxa de esgotamento sanitário, investimentos no setor, além do número de internações e taxa de óbito entre os anos de 2016 a 2019 para as doenças que estão ligadas à falta e/ou ineficiência de saneamento básico. Houve o registro de 5.499 internações por doenças infecciosas e parasitárias com taxa de mortalidade média de 24,21%. A elevada taxa de internação e mortalidade por doenças preveníveis é preocupante, sobrecarregando o sistema hospitalar por patologias que devem ser tratadas de forma preventiva pelo poder público com investimento nos serviços de abastecimento de água, saneamento e educação em saúde junto à população.

Palavras-chave: Saneamento Ambiental; Saúde ambiental, Educação em saúde

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano se estabelece mediante a superposição dos elementos socioeconômicos e culturais ao seu sítio natural, resultando nas mais diversas formas e relações no meio ambiente. A expansão de áreas urbanas tem sido desordenada e atingido espaços inadequados e/ou irregulares em relação às questões ambientais, não sendo acompanhado pela infraestrutura ideal de saneamento ambiental básico (SILVA *et al.*,

¹ Mestrando. Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Sosígenes Costa, Departamento - Centro de Formação em Ciências Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais.

²Prof. Dr. Universidade Federal do Sul da Bahia – Centro de Formação em Ciências Ambientais, felipe.nuvoloni@ufsb.edu.br

³Prof. Dr. Universidade Federal do Sul da Bahia – Centro de Formação em Ciências Ambientais, elfany@csc.ufsb.edu.br

2017).

Segundo Santos *et al.* (2018) fatores que levam aos problemas relacionados à saúde, ao saneamento e ao meio ambiente envolvem grande parte da população. A inexistência ou ineficácia de serviços de saneamento favorecem o agravamento da saúde e da qualidade de vida da população. Assim, a insuficiência de investimento neste setor interfere de forma negativa no sistema econômico, com gastos elevados no combate às patologias propagadas por condições sanitárias inadequadas.

O estudo das condições sanitárias do território e da organização do sistema de saúde permite avaliar de forma integrada as condições ambientais em conjunto com as questões sociais e econômicas permitindo planejar centros urbanos e controlar a ocupação de áreas inadequadas criando uma estrutura ambientalmente saudável, e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da população (FARIA; BORTOLLOZI, 2009).

Diante da conjuntura apresentada objetivou-se analisar as relações entre saúde e meio ambiente a partir das condições socioeconômicas, de saneamento ambiental e doenças na microrregião de saúde de Porto Seguro-BA.

METODOLOGIA

A microrregião de saúde de Porto Seguro, definida pela Resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 275 é composta pelos municípios de Belmonte, Itapebi, Eunápolis, Itabela, Guaratinga, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Itagimirim, localizados no Extremo Sul da Bahia.

Foram coletados indicadores socioeconômicos, taxa de esgotamento sanitário e investimentos no setor para a região de saúde, no ano de 2010 na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo essa o último dado atualizado. Também foi utilizado o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), no ano de 2018, sendo esse o dado mais recente. Na base de dados do Ministério da Saúde, através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), foram coletados os dados referentes às internações hospitalares e mortalidade das doenças infecciosas e parasitárias, seguindo critério do Código Internacional de Doenças (CID-10), entre os anos de 2016 a 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise, entre 2016 a 2019, para os oito municípios obteve-se o total de 5.499 internações por doenças infecciosas e parasitárias com taxa de mortalidade média de 24,21%. Na Figura 1 observa-se uma oposição entre a taxa de esgotamento sanitário e internação por doenças infecciosas sendo a maioria de causas evitáveis.

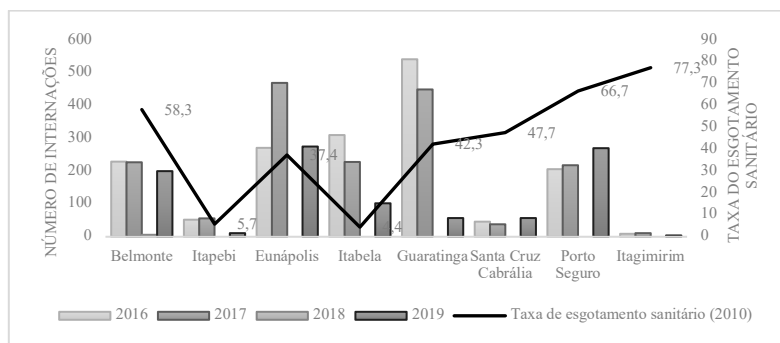


Figura 1: Internações por causadas infecciosas e parasitárias no ano de 2016 a 2019 versus Taxa de esgotamento sanitário 2010 na microrregião de saúde de Porto Seguro - BA. Fonte: Ministério da Saúde, SIH/SUS, 2020; IBGE, 2020.

Quadro 1: Média de internações e taxa de mortalidade hospitalar causadas por doenças infecciosas e parasitárias no ano de 2016 a 2019 na microrregião de Porto Seguro – BA. Fonte: Ministério da Saúde, SIH/SUS, 2020

| Município | Média de internamento | Média de mortalidade |
|---------------------|-----------------------|----------------------|
| Belmonte | 238,75 | 7,36 |
| Itapebi | 36,25 | 13,38 |
| Eunápolis | 320,75 | 7,94 |
| Itabela | 206 | 7,82 |
| Guaratinga | 281,25 | 19,58 |
| Santa Cruz Cabralia | 42 | 39,8 |
| Porto Seguro | 242,25 | 10,26 |
| Itagimirim | 7,5 | 87,5 |

No Quadro 1 verifica-se uma alta taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, o que demonstra uma possível ineficiência do sistema de saneamento ambiental básico e da educação em saúde da população.

Os municípios que apresentam taxas de esgotamento sanitário abaixo de 60% contêm as maiores taxas de internações por doenças infecciosas e parasitárias, conforme apontam os municípios de Eunápolis, Guaratinga, Belmonte e Porto Seguro. Já Itagimirim, apresentou taxa de esgotamento sanitário acima de 70% e as menores ocorrências de doenças e internações.

O processo de crescimento acelerado urbano implica fundamentalmente em problemas de infraestrutura, relacionados principalmente ao saneamento básico, que está

associado a diversas doenças virais, bacterianas e parasitárias (UHR *et al*,2016). Nesse contexto a urbanização tem sido um fator determinante para a mudança do perfil epidemiológico da região avaliada, especialmente nas áreas urbanas como resultado direto da ocupação pela indústria, ou pela pressão demográfica sobre o meio físico e biótico (SOUZA; ANDRADE, 2014; HAMMEN; SETTELE, 2019). Os efeitos antrópicos deletérios sobre a biodiversidade afetam também a saúde humana, aumentando as chances de contaminação e transmissão de doenças.

Observa-se que o avanço da ocupação com a transformação de ambientes naturais pode alavancar a ocorrência de doenças, favorecendo a proliferação de vetores de doenças, incluindo aquelas de veiculação pela água e efluentes, ocasionados pela ausência de sistemas adequados de tratamento, distribuição e coleta de esgoto e água. A associação entre a alteração ambiental das cidades com elevadas taxas de doenças e óbitos podem apresentar resultados diretos da poluição ambiental que se torna acumulativa na medida que encontra baixos índices de IDH, ocasionando um quadro de desigualdade social excludente e amplificador da degradação ambiental (SOUZA; ANDRADE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que grande parte dos problemas de saúde da humanidade está intrinsecamente relacionado às medidas de saneamento ambiental, torna-se importante garantir que as patologias citadas sejam evitadas através de ações preventivas que envolvam não só a oferta de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário correto, mas também por meio da promoção de uma educação em saúde, na qual deve-se orientar a população a adotar hábitos higiênicos.

Nos municípios da microrregião de saúde analisada foi possível observar relação direta entre aumento de internações e taxas de mortalidade com taxas de esgotamento sanitário abaixo de 60%. Doenças veiculadas pela ausência de saneamento básico podem ser tratadas de forma preventiva e seus óbitos evitáveis, seja pelo poder público com investimento nos serviços de abastecimento de água, saneamento ou pela educação em saúde junto à população.

Dessa forma sugere-se o aumento dos investimentos sanitários e em educação no combate as doenças infecciosas e parasitarias atrelado a atualização desses dados com

maior frequência para acompanhamento da situação nessas e em outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 17, p. 31-41, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Território e Ambiente - Taxa de Esgotamento Sanitário Adequado**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>. Acesso em abril 2020.

Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, 2018**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos>. Acesso em abril 2020.

Ministério da Saúde. Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). **Morbidade Hospitalar do SUS por local de residência – Bahia, Internações segundo Município região de saúde: Porto Seguro, Capítulo CID-10: I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrba.def>. Acesso em abril 2020.

Ministério da Saúde. Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). **Morbidade Hospitalar do SUS por local de residência – Bahia, Taxa de mortalidade segundo Município região de saúde: Porto Seguro, Capítulo CID-10: I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrba.def>. Acesso em abril 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em abril de 2020.

SANTOS, F. F. S.; FILHO, J. D.; MACHADO, C. T.; VASCONCELOS, J. F.; FEITOSA, F. R. S. O desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.4, n.1. p 241-251, 2018.

SILVA, S.; GAMA, J.; CALLADO, N.; SOUZA, V. Saneamento básico e saúde pública na bacia hidrográfica do Riacho Reginaldo em Maceió, Alagoas. **Revista Eng Sanit Ambient**, v. 22, n.4. p. 699-709, 2017.

SOUZA, C. L.; ANDRADE, C. S. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n.10 p. 4113-4122, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n10/1413-8123-csc-19-10-4113.pdf>. Acesso em abril, 2020.

UHR, J. G. Z.; SCHMECHEL, Mariana; UHR, Daniel de Abreu Pereira. Relação entre saneamento básico no Brasil e saúde da população sob a ótica das internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 7, n. 2, p. 01-16, 2016.

World Health Organization (WHO). **World Conference on Social Determinants of Health**. Disponível em: <https://www.who.int/sdhconference/en/>. Acessado em abril de 2020.